Agravo de Instrumento n. 4010747-39.2016.8.24.0000, de Joinville
Relator: Des. Luiz Felipe Schuch

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. DECISÃO QUE REJEITOU A TESE DE PRESCRIÇÃO ANUA, RECONHECENDO QUE EM RELAÇÃO ÀS PARCELAS A SEREM RESTITUÍDAS, NA HIPÓTESE DE PROCEDÊNCIA DESSE PEDIDO, DEVERIA SER OBSERVADO O PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL, BEM COMO INVERTEU O ÔNUS DA PROVA COM FUNDAMENTO NO REGRAMENTO CONSUMERISTA. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA REQUERIDA.

PRESCRIÇÃO. PRETENDIDA A APLICAÇÃO DO PRAZO ANUO. ACOLHIMENTO PARCIAL. PRETENSÃO AUTORAL QUE NÃO SE RESTRINGE MERAMENTE À DECLARAÇÃO DA ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA DE REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA, MAS TAMBÉM À RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIS RELATIVOS À DIFERENÇA DO PRÊMIO COBRADO INDEVIDAMENTE. DEMANDA SUJEITA À PRESCRIÇÃO, NOS MOLDES DO ART. 206, § 1º, II, "B", DO CÓDIGO CIVIL. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUE NÃO AFETA O FUNDO DE DIREITO. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA APENAS DAS QUANTIAS INDEVIDAMENTE DESEMBOLSADAS NOS DOZE MESES QUE PRECEDERAM À PROPOSITURA DA LIDE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

REDISTRIBUIÇÃO DO *ONUS PROBANDI*. PLEITO DE REFORMA AO ARGUMENTO DE NÃO ESTAREM PREENCHIDOS OS REQUISITOS LEGAIS PARA TANTO. INSUBSISTÊNCIA. ACIONANTE TECNICAMENTE HIPOSSUFICIENTE FRENTE À EMPRESA DEMANDADA (PESSOA JURÍDICA COM AMPLA ATUAÇÃO NO RAMO SECURITÁRIO E DE RENOME NACIONAL). INTELIGÊNCIA DO ART. 6º, VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. MANUTENÇÃO DO *DECISUM* RECORRIDO NO PONTO.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n. 4010747-39.2016.8.24.0000, da comarca de Joinville (5ª Vara Cível), em que é agravante Companhia de Seguros Aliança do Brasil e agravado José Edilson da Cunha Fontenelle.

A Quarta Câmara de Direito Civil decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento tão somente para reconhecer a prescrição da pretensão autoral de ressarcimento das quantias indevidamente desembolsadas antes dos 12 (doze) meses que precederam à propositura da demanda. Custas legais.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Desembargador Helio David Vieira Figueira dos Santos, com voto, e dele participou o Desembargador José Agenor de Aragão.

Florianópolis, 12 de março de 2020.

Luiz Felipe Schuch
RELATOR

RELATÓRIO

Companhia de Seguros Aliança do Brasil interpôs agravo de instrumento da decisão que, nos autos da ação revisional de contrato de seguro de vida n. 0321516-55.2014.8.24.0038, ajuizada por José Edilson da Cunha Fontenelle (contra a ora agravante e o Banco do Brasil S.A.), rejeitou a tese de prescrição anual, reconhecendo que com relação às parcelas a serem restituídas, na hipótese de procedência desse pedido, deveria ser observado o prazo prescricional trienal, bem como determinou a inversão do ônus da prova.

Narrou a agravante, em síntese, a ocorrência da prescrição da pretensão principal deduzida pelo agravado, nos termos do art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916, cuja redação foi mantida pelo art. 206, § 1º, II, alínea *b*, do atual Código Civil, ou, *ad argumentandum tantum*, ao menos a reforma da R. decisão "para que se reconheça a aplicação do prazo prescricional anual à pretensão de restituição dos valores de prêmios pagos de acordo com o reajuste por fator etário" (fl. 15).

Defendeu, ainda, também estar equivocado o *decisum* recorrido na parte que deferiu a inversão do ônus da prova, pois não há qualquer verossimilhança nas alegações do agravado, além deste não ser hipossuficiente na produção de provas.

Requeru, ao final, o provimento do recurso para ser "declarada a *prescrição da pretensão principal* do sr. JOSÉ, com a conseqüente extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC. Subsidiariamente, ao menos que seja dado provimento ao agravo para que (a) seja reconhecida a incidência do prazo prescricional anual à pretensão do agravado de restituição de valores supostamente pagos a mais, e (b) seja mantida a regra de distribuição do ônus da prova disposta no art. 373, I, do CPC, pois é exclusivamente do agravado o ônus de provar suas alegações" (fl. 22).

Contrarrazões às fls. 451-455.

Às fls. 460-464, o então relator, Des. Joel Figueira Júnior, não conheceu do recurso sob o argumento de que "não estando a decisão interlocutória que afasta a prescrição e defere a inversão do ônus da prova com base no art. 6º, VIII, do CDC prevista nos incisos do art. 1015 do Código de Processo Civil de 2015, não se mostra cabível a interposição do presente agravo de instrumento".

Inconformada, a recorrente interpôs agravo interno, o qual foi julgado nestes termos:

AGRAVO INTERNO (ART. 1.021, CPC/2015). DECISÃO DO RELATOR QUE NÃO CONHECE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO POR SER INADMISSÍVEL. INTERLOCUTÓRIA QUE AFASTA A PRESCRIÇÃO E DEFERE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO ART. 6º, VIII, DO CDC. MATÉRIAS QUE NÃO SE ENCONTRAM NAS HIPÓTESES DO ART. 1.015 DO CPC/2015. RECURSO CABÍVEL APENAS CONTRA A REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO NOS TERMOS DO ART. 373, § 1º, CPC/2015. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA AGRAVADA PROFERIDA ANTES DO JULGAMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA N. 1.696.396 E N. 1704520 PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DEFINIÇÃO DE QUE O ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015 É DE TAXATIVIDADE MITIGADA QUE NÃO ATINGE O PRESENTE FEITO. AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME DO ÓRGÃO COLEGIADO. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015 (TJSC, Agravo Interno n. 4010747-39.2016.8.24.0000/50000, de Joinville, rel. Des. Joel Figueira Júnior, Quarta Câmara de Direito Civil, j. 4-4-2019).

Novamente irresignada, a agravante interpôs recurso especial, admitido por esta Corte em 12-7-2019, sendo determinada a sua remessa ao Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica nos autos dependentes (n. 4010747-39.2016.8.24.0000/50001).

Em 8-8-2019, fora prolatada sentença nos autos principais, cujo dispositivo é transcrito em sua integralidade:

III. Em vista de todo o exposto, o direito aplicável à espécie e o mais que dos autos consta, julgo procedentes, em parte, os pedidos formulados por José Edilson da Cunha Fontenelle contra Banco do Brasil S/A e Companhia de Seguros Aliança do Brasil, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para, rejeitada a revisão contratual colimada, reconhecer o

direito do autor na percepção, se da hipótese, de 100% (cem por cento) do Capital Segurado da Cobertura Básica, nos termos da fundamentação.

Considerando que o autor decaiu da maior parte dos pedidos que formulou na exordial e respectiva emenda, condeno-o no pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, aos patronos das requeridas, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, devidamente atualizado.

Oficie-se, às Cortes Superiores, para ciência acerca da presente decisão.

Na sequência, em 19-11-2019, a Corte da Cidadania julgou o recurso especial, ementado nestes termos:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE SEGURO DE VIDA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE VERSA SOBRE PRESCRIÇÃO E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO DE CONSUMO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO IMPUGNADA POR APELAÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DA UTILIDADE OU INTERESSE RECURSAL. INOCORRÊNCIA. QUESTÕES ANTECEDENTEMENTE LÓGICAS AO MÉRITO. PRESCRIÇÃO QUE PODE IMPEDIR OU CONDICIONAR O JULGAMENTO DE MÉRITO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE PODE DIRECIONAR O JULGAMENTO DO PEDIDO. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO DO AGRAVO E DA APELAÇÃO. ART. 946, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE VERSA SOBRE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO DE CONSUMO. CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO TANTO NAS HIPÓTESES DE REDISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA, QUANTO NAS DEMAIS MODIFICAÇÕES JUDICIAIS DO ÔNUS DA PROVA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE VERSA SOBRE PRESCRIÇÃO. DECISÃO QUE VERSA SOBRE MÉRITO E QUE ABRANGE A DECISÃO QUE ACOLHE OU QUE REJEITA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO OU DA DECADÊNCIA. MULTA APLICADA NA ORIGEM POR AGRAVO INTERNO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU IMPROCEDENTE. DESCABIMENTO. PRETENSÃO RECURSAL PLAUSÍVEL, TANTO QUE ACOLHIDA NESTA CORTE. AGRAVO INTERNO, ADEMAIS, QUE ERA ÚNICO MEIO DE EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS E DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1- Ação proposta em 30/11/2014. Recurso especial interposto em 13/05/2019 e atribuído à Relatora em 12/08/2019.

2- Os propósitos recursais consistem em definir: (i) preliminarmente, se deve ser conhecido o recurso especial tirado de agravo de instrumento quando sobrevém sentença de mérito que foi objeto de apelação; (ii) se eventualmente superada a preliminar, se a decisão interlocutória que inverte o ônus da prova por se tratar de relação de consumo e a decisão interlocutória que afasta a alegação de prescrição são impugnáveis de imediato por agravo de instrumento; (iii) se a multa por agravo interno manifestamente inadmissível era aplicável na hipótese.

3- Não há que se falar em perda superveniente do objeto (ou da utilidade

ou do interesse no julgamento) do agravo de instrumento que impugna decisões interlocutórias que versaram sobre prescrição e sobre distribuição judicial do ônus da prova quando sobrevém sentença de mérito que é objeto de apelação, na medida em que ambas são questões antecedentemente lógicas ao mérito da causa, seja porque a prescrição tem aptidão para fulminar, total ou parcialmente, a pretensão deduzida pelo autor, de modo a impedir o julgamento do pedido ou, ao menos, a direcionar o modo pelo qual o pedido deverá ser julgado, seja porque a correta distribuição do ônus da prova poderá, de igual modo, influenciar o modo de julgamento do pedido, sobretudo nas hipóteses em que o desfecho da controvérsia se der pela insuficiência de provas e pela impossibilidade de elucidação do cenário fático.

4- A hipótese de cabimento prevista no art. 1.015, XI, do CPC/15, deve ser interpretada conjuntamente com o art. 373, §1º, do mesmo Código, que contempla duas regras jurídicas distintas, ambas criadas para excepcionar à regra geral: a primeira diz respeito à atribuição do ônus da prova, pelo juiz, em hipóteses previstas em lei, de que é exemplo a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC; a segunda diz respeito à teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, incidente a partir de peculiaridades da causa que se relacionem com a impossibilidade ou com a excessiva dificuldade de se desvencilhar do ônus estaticamente distribuído ou, ainda, com a maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, sendo ambas impugnáveis de imediato por agravo de instrumento. Precedente.

5- A hipótese de cabimento prevista no art. 1.015, II, do CPC/15, abrange não apenas a decisão parcial de mérito que resolve algum dos pedidos cumulados ou parte deles, mas também àquela que decide sobre a prescrição ou decadência, pouco importando se o conteúdo da decisão está no sentido de acolher ou de rejeitar a ocorrência desses fenômenos. Precedentes.

6- Provido o recurso especial por reconhecer ser cabível o agravo de instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre inversão do ônus da prova em relação de consumo e sobre prescrição, o afastamento da multa aplicada pela interposição de agravo interno que havia sido reputado como manifestamente inadmissível ou improcedente justamente porque não seria cabível o agravo de instrumento é medida que se impõe, especialmente quando se verifica que a interposição de agravo interno contra a decisão unipessoal proferida pelo Relator em 2º grau de jurisdição era o único meio de a parte exaurir as instâncias ordinárias e de prequestionar as matérias que pretendia devolver às Cortes Superiores.

7- O provimento do recurso especial por um dos fundamentos torna despicando o exame dos demais suscitados pela parte. Precedentes.

8- Recurso especial conhecido e provido (REsp 1.831.257/SC, Rel. Min. Nancy Andrichi, Terceira Turma).

Transitado em julgado o recurso especial em 16-12-2019, os autos vieram conclusos para julgamento (fl. 466).

VOTO

De início, assinalo que, não obstante a existência de outros feitos mais antigos no acervo de processos distribuídos a este Relator, a apreciação do presente recurso em detrimento daqueles distribuídos há mais tempo não significa violação ao disposto no art. 12, *caput*, do novo Código de Processo Civil, uma vez que a Lei n. 13.256/2016 modificou a redação original do referido dispositivo legal para flexibilizar a obrigatoriedade de a jurisdição ser prestada em consonância com a ordem cronológica de conclusão dos autos. Ademais, devido à própria essência do agravo de instrumento e ao efeito prejudicial que a demora no seu julgamento pode provocar no andamento do processo em que a decisão recorrida foi proferida, seria ilógico que um recurso dessa natureza tivesse tratamento igual ao conferido à apelação (classe recursal que ocupa a grande maioria do acervo desta Câmara) no que tange ao “tempo de espera” para análise pelo órgão colegiado.

Registra-se, ainda, que embora já tenha sido proferida sentença em primeiro grau (inclusive favorável à agravante), a análise da presente irresignação é feita por força da decisão do Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.831.257/SC.

O recurso preenche os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, motivo pelo qual deve ser conhecido.

1 PRESCRIÇÃO

Sustenta a agravante o desacerto da decisão na parte relativa à prescrição, porquanto "o provimento jurisdicional pedido pelo agravado não é meramente declaratório, pois não se limita à revisão do contrato celebrado entre as partes. [...]. Apenas subsidiariamente o agravado requer a diminuição do valor do prêmio mediante a extirpação da cláusula de reajuste por fator etário. E sequer essa pretensão pode ser considerada como sendo meramente

declaratória. Também nessa hipótese subsidiária o agravado visa, na realidade, a obter as *consequências materiais* da declaração de abusividade de determinada cláusula contratual, com a consequente alteração do conteúdo do quanto previsto contratualmente a respeito dos critérios de atualização dos prêmios" (fl. 6).

Alega que "no presente caso, não só a pretensão de majoração do capital segurado como também a pretensão subsidiária do agravado de que seja *extirpada* a cláusula que prevê a incidência do fator etário obviamente não podem ser consideradas meramente revisional/declaratória, decorrendo daí diversos outros efeitos. Caso seja acolhida a pretensão subsidiária, dela decorrerá, por exemplo, o suposto direito à restituição do que foi pago a mais (tutela condenatória), além da modificação de uma relação jurídica relativa à forma de cobrança do prêmio (tutela constitutiva)" (fl. 10).

Menciona ser a prescrição ânua aplicável no caso, nos termos do art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916, cuja redação foi mantida pelo art. 206, § 1º, II, alínea *b*, do atual Código Civil, sendo que "pretendendo o agravado (a) a modificação no critério de atualização do capital segurado a fim de que lhe sejam aplicados os mesmos critérios de reajuste de valores dos prêmios, ou, subsidiariamente, (b) a diminuição do valor do prêmio mensal mediante a extirpação de cláusula que estabelece a possibilidade de atualização dos prêmios de acordo com percentual variável de acordo com a faixa etária, é inegável que o marco inicial do respectivo prazo prescricional corresponde à sua ciência a respeito da estipulação do critério de atualização monetário do capital segurado e do prêmio previsto na apólice *sub judice*. Isso ocorreu *em fevereiro de 2002*, quando do recebimento da notificação encaminhada pela ALIANÇA DO BRASIL, conforme aviso de recebimento acostado às fls. 163-164 dos autos principais. Observe-se que a notificação foi absolutamente clara em relação à existência da cláusula de reajuste por faixa etária no seguro Ouro Vida Grupo

Especial [...]. Como a demanda foi ajuizada somente em novembro de 2014, passados mais de 12 (doze) anos da ciência do agravado a respeito das condições impugnadas, é inegável o decurso *in albis* do prazo prescricional ânuo" (fl. 11).

Aduz, ainda, que "na remota hipótese de não ser declarada a prescrição da pretensão principal deduzida pelo sr. JOSÉ, o que se admite apenas *ad argumentandum tantum*, de rigor ao menos a reforma da R. decisão agravada para que se reconheça a aplicação do prazo prescricional ânuo à pretensão de restituição dos valores de prêmios pagos de acordo com o reajuste por fator etário" (fl. 15).

Nesse andar, parcial razão lhe assiste.

Com efeito, analisando a decisão recorrida (fls. 288-290 dos autos de origem) extrai-se que o Magistrado *a quo* reconheceu a imprescritibilidade do pedido autoral na parte relativa à declaratória de nulidade de cláusula contratual, porém, quanto às parcelas a serem restituídas, declarou a prescrição trienal da pretensão exordial no período anterior aos 3 (três) anos que antecederam a propositura da ação, conforme o artigo 206, § 3º, IV, do Código Civil.

Ocorre que, ao compulsar as razões iniciais do agravado/autor (fls. 1-15 dos autos de origem), verifica-se que ajuizou a demanda visando a declaração da abusividade de cláusula de reajuste por faixa etária e, por consequência, a restituição dos valores pagos a mais relativos à diferença do prêmio cobrado indevidamente.

Nesse palmilhar, por não se tratar de uma pretensão puramente declaratória – esta sim imprescritível –, fica sujeita a demanda, então, ao prazo prescricional correspondente ao pedido condenatório de ressarcimento de valores.

Este Sodalício, sobre o assunto, já assentou que "a pretensão declaratória é exercida com vistas a legitimar o exercício de uma pretensão de

fundo constitutivo ou condenatório, de sorte a extrapolar o condão declaratório de mera resolução de incertezas, gerando efeitos patrimoniais sobre determinada relação jurídica" (Apelação Cível n. 0003851-81.2013.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Saul Steil, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 1º-10-2019).

Desse modo, ao encontro de parte do alegado pela agravante, entende-se aplicável a situações dessa natureza o prazo prescricional de um ano, contado a partir da ciência do segurado a respeito do fato gerador da pretensão, disposto no art. 206, § 1º, II, "b", do Código Civil.

Assim, ao menos em tese, considerando que no presente caso a ciência do segurado quanto ao reajuste anual do prêmio pela faixa etária ocorreu no ano de 2002 (fls. 161-166 dos autos de origem), a pretensão exordial estaria fulminada ainda em 2003 (ação de origem ajuizada em 2014).

Todavia, conforme já decidiu esta Corte em caso idêntico (cujas razões são adotadas como complemento deste julgado), "ainda que estabelecida a aplicabilidade do prazo prescricional anual à hipótese, isso não significa que a pretensão deduzida pelo autor esteja de todo fulminada pelo decurso do tempo. Nesse particular, é preciso levar em conta que, ao que se tem notícia, o contrato firmado entre as partes ainda consta ativo e possui vigência predeterminada de 1 (um) ano, quando passa a ocorrer sua renovação automática com a aplicação dos reajustes por faixa etária. Emerge daí, inegavelmente, a figura da relação jurídica de trato sucessivo. Nesse pensar, tendo em vista a plena vigência do contrato e a periodicidade de sua renovação, inexistente na hipótese prescrição do fundo de direito, de sorte que a pretensão de restituição dos excedentes, malgrado possível, pode compreender apenas os doze meses anteriores ao ajuizamento da ação" (Apelação Cível n. 0003851-81.2013.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Saul Steil, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 1º-10-2019).

Tal interpretação é corroborada pelo recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. ÂNUA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUE NÃO AFETA O FUNDO DE DIREITO, APENAS A PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES EVENTUALMENTE PAGOS A MAIOR. SÚMULA 85/STJ. ABSUVIDADE DA CLÁUSULA QUE PREVÊ REAJUSTE EM RAZÃO DA FAIXA ETÁRIA DO SEGURADO.

1. Ação ajuizada em 11/03/2014. Recurso especial atribuído ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73 2. Ação revisional de contrato de seguro de vida cumulada com repetição de indébito por meio da qual se objetiva a extirpação de cláusula contratual que estabelece reajuste dos prêmios de acordo com a faixa etária do segurado, bem como a restituição dos valores pagos a maior a este título.

3. O propósito recursal é definir o prazo prescricional aplicável à pretensão do recorrido de extirpação de cláusula de contrato de seguro de vida que prevê o reajuste do prêmio em razão da faixa etária.

4. O objeto da ação não se restringe à declaração de nulidade das cláusulas contratuais, pretendendo o recorrido, em verdade, a obtenção dos efeitos patrimoniais dela decorrentes, ou seja, a indenização pelos prejuízos advindos do pagamento a maior do prêmio, em virtude da previsão de atualização segundo a mudança de faixa etária.

5. O prazo prescricional para a propositura de ação objetivando a restituição de prêmios em virtude de conduta supostamente abusiva da seguradora, amparada em cláusula contratual considerada abusiva, é de 1 (um) ano, por aplicação do art. 206, § 1º, II, "b", do Código Civil.

6. A relação jurídica estabelecida entre as partes é de trato sucessivo, com renovação periódica da avença, devendo ser aplicada, por analogia, a Súmula 85/STJ. Logo, não há que se falar em prescrição do fundo de direito e, como consequência, serão passíveis de cobrança apenas as quantias indevidamente desembolsadas nos 12 (doze) meses que precederam o ajuizamento da ação.

7. Recurso especial conhecido e não provido (REsp 1.593.748/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, j. 23-4-2019).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRAZO PRESCRICIONAL.

1. É ânua o prazo prescricional para o exercício da pretensão de declaração de abusividade de cláusula do contrato de seguro de vida (que insere novos critérios para cálculo do prêmio em razão do avanço da faixa etária do segurado) cumulada com pedido de repetição de indébito, nos termos do artigo 206, § 1º, II, "b", do Código Civil. Incidência da Súmula 101/STJ. Precedentes.

2. Nada obstante, não há falar em prescrição do fundo do direito, motivo pelo qual os efeitos pecuniários da declaração de abusividade da cláusula

contratual de reajuste do seguro de vida, quando ocorrido efetivo pagamento indevido, deverão retroagir ao ano anterior ao ajuizamento da demanda.

3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1.668.872/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, j. 7-5-2019).

Desse modo, o recurso merece provimento parcial no ponto para, com fulcro no art. 206, § 1º, II, "b", do Código Civil, reconhecer a prescrição da pretensão de ressarcimento das quantias indevidamente desembolsadas antes dos 12 (doze) meses que precederam à propositura da demanda, não se cogitando, então, de prescrição do fundo de direito.

Salienta-se, contudo, que em razão da sentença de improcedência do pedido principal (nulidade de cláusula contratual e repetição de indébito) nos autos de primeiro grau (favorável à agravante/ré), a presente decisão não se reveste de caráter prático algum neste momento, sendo que, repisa-se, fora proferida tão somente por força da decisão do Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.831.257/SC, servindo para resguardar o direito da agravante em caso de eventual provimento do recurso de apelação do autor interposto na ação principal, o qual pende de julgamento.

2 INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Defende a recorrente não ser caso de deferimento da inversão do ônus da prova no presente caso, pois, no seu entender, não há qualquer verossimilhança nas alegações do agravado/autor, tampouco este pode ser considerado hipossuficiente na produção de provas.

Contudo, no ponto, revela-se acertada a decisão de origem, pois, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, poderá ser deferida quando, **a critério do juiz**, for verossímil a alegação **ou** quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

Em complemento, o Superior Tribunal de Justiça já assentou que "a inversão do ônus da prova não ocorre em todas as situações em que a relação jurídica é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor. De fato, nos termos do art. 6º, VIII, do referido instrumento normativo, a facilitação da defesa somente ocorre nos casos em que as alegações sejam verossímeis, ou a parte seja hipossuficiente" (AgInt nos EDcl no REsp 1.478.062/SP, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, j. 15-12-2016).

In casu, é possível vislumbrar a hipossuficiência técnica do consumidor frente à ré (empresa do ramo securitário de grande porte), na medida em que dificultado o seu acesso aos dados e informações complementares dos fatos constitutivos do seu direito e aos meios de demonstrá-los, especialmente considerando o caráter adesivo dos contratos de seguro.

Além disso, a inversão do ônus da prova no presente caso não isenta o autor quanto à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito, tampouco importa automática procedência do pedido exordial.

Em situações similares, esta Corte assim se manifestou:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS. SEGURO COLETIVO DE VIDA E DE ACIDENTES PESSOAIS. [...]. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, INC. VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. REQUISITOS SATISFEITOS, NA ESPÉCIE. NOTÓRIA HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA DO SEGURADO PARA PRODUZIR DOCUMENTOS VOLTADOS À APURAÇÃO DA ABUSIVIDADE CONCRETA E DO MONTANTE DE EVENTUAL INDÉBITO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO (Agravado de Instrumento n. 4019213-51.2018.8.24.0000, de Blumenau, rel. Des. Stanley da Silva Braga, Sexta Câmara de Direito Civil, j. 2-4-2019).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. INTERLOCUTÓRIA QUE INVERTEU O ÔNUS DA PROVA, NOS TERMOS DO ART. 6º, VIII, DO CDC. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA RÉ. RELAÇÃO DE CONSUMO. HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA CARACTERIZADA. INVERSÃO ACERTADA. [...]. RECURSO DESPROVIDO (Agravado de Instrumento n. 4021707-83.2018.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 11-12-2018).

Desse modo, impõe-se a manutenção da decisão de primeiro grau nesse ponto.

Por último, não há falar em honorários recursais (art. 85, § 11, do Código de Processo Civil) no caso vertente, haja vista o provimento parcial do presente agravo, consoante interpretação conferida pelo Superior Tribunal de Justiça ao julgar os Embargos de Declaração no Agravo Interno no Recurso Especial n. 1.573.573/RJ.

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento tão somente para reconhecer a prescrição da pretensão autoral de ressarcimento das quantias indevidamente desembolsadas antes dos 12 (doze) meses que precederam à propositura da demanda.